

A COVID- 19 e o desafio dos ODS

Chegamos ao vigésimo ano do novo milênio abarcados pela surpresa de um novo inimigo, invisível, silencioso e altamente contagioso, trata-se da Covid- 19, um vírus que provoca infecções que vão desde um resfriado até síndromes respiratórias severas.

A doença teve sua gênese na cidade de Wuhan, sendo a sétima cidade mais populosa da China, com cerca de 10 milhões de habitantes, e desde o primeiro caso reportado em 31 de dezembro de 2019 a doença vem se alastrando rapidamente, sendo confirmada em mais de 200 países e territórios, com grandes surtos nos Estados Unidos, Itália, na China Continental, Espanha e Alemanha.

Tais acontecimentos motivaram a Organização Mundial da Saúde a declarar em 11 de março de 2020 o surto de pandemia, dado que, já são mais de 10 mi de casos confirmados no mundo e pelo menos 500 mil pessoas morreram em decorrência do contágio.

A nível global estamos enfrentando uma crise sanitária sem precedentes, com a cura ainda inexistente, ou seja, tendo somente o protocolo do tratamento de suporte e, com as apostas voltadas a uma resposta imunológica dos acometidos, o que se agrava e muito quando tratamos da população considerada de risco (pessoas com doenças autoimunes, doenças respiratórias e problemas cardíacos, idosos, e diabéticos).

O efeito devastador da pandemia do Covid- 19 já tem seus reflexos também no âmbito da economia mundial, centenas de países tomaram medidas que visam conter os impactos negativos na relação direta com os empregos e renda da população. O cerne da questão é que enquanto não anunciada a “fórmula da salvação”, a principal medida de contenção do vírus é o isolamento social.

E se por um lado a supressão do convívio social vem sendo defendida por especialistas das áreas de ciência e saúde como a única medida eficaz de prevenção, por outro há que se considerar que a paralisia da atividade econômica pode trazer em seu bojo demissões em massa e conseqüente baixa na renda das famílias.

Com esse enfoque é que surgem as principais questões: se as empresas não estão abrindo suas portas, e os trabalhadores não estão produzindo para que a economia gire, quais são as reais conseqüências da recessão? Uma vez que o desemprego e o aumento da pobreza também têm sérios impactos na saúde. Cabe dizer que o Brasil é desigual quanto a distribuição de renda e riqueza e isso exprime fatores preocupantes quanto a realidade futura das populações menos favorecidas que em nosso país somam cerca de 13,5 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Também trata-se dos trabalhadores informais, empreendedores e terceirizados que neste contexto corroboram com o número de pessoas desprotegidas e para as quais o isolamento não se trata de uma possibilidade.

Desse modo urge a tomada de decisões coerentes e o anúncio de políticas públicas que podem incluir programas de transferência de renda, subsídios para pagamento de salários temporariamente, licenças remuneradas, e iniciativas de apoio as empresas que são extremamente importantes e que precisam ser adotadas pelos governos de forma a proteger os cidadãos mais vulneráveis garantindo que a pandemia não seja a ruína da economia e que não corrobore ainda para um aumento vertiginoso dos índices de extrema pobreza em nosso país .

A Covid- 19 afetará de forma direta o alcance das metas da ONU que propõe a redução de pobreza, fome, a melhoria da educação, a equidade de gênero, desigualdade, o pleno acesso à empregos e o alcance de sociedade pacíficas preconizados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Sendo assim precisaremos redobrar os esforços e ações em prol da cidadania por meio da realização de práticas e projetos por parte das empresas e da sociedade civil organizada para minimizar os impactos às populações vulneráveis. Pamela Lemos Bortoluzzi (Articuladora da Regional de Cascavel).